

5

Entendimentos

O conhecimento é um processo para o qual colaboram aqueles envolvidos na prática da sala de aula, ou seja, compartilha-se aqui da idéia de que o conhecimento é uma construção social. (Moita Lopes, 1996, p. 95-96)

O ato de compartilhar conhecimento é uma atividade com a qual nos defrontamos no dia-a-dia como agentes do mundo social: a necessidade de se interagir a partir de percepções comuns do mundo que nos cerca ou de um contexto mental comum é típica de qualquer interação humana. (Ibid, p. 97)

A partir da percepção que tive sobre as crenças e identidades projetadas nas entrevistas-conversas que realizei com as professoras participantes Mandy e Lucy, e do estudo das bases teóricas selecionadas para a temática deste trabalho, co-construí entendimentos relacionados às minhas práticas pedagógicas, assim como as de minhas colegas colaboradoras, buscando pensar criticamente sobre as perguntas de pesquisa norteadoras deste trabalho, que são: “Por que ao produzirmos ILE, projetamos identidades que buscam apagar os traços de nossa L1?”; “Quais crenças norteiam nossa relação com o ILE?”; e “Como nossas crenças a respeito do uso de ILE podem ter sido construídas ao longo de nossa formação?”.

Na primeira fase das entrevistas, as professoras resgataram memórias da época em que eram alunas de cursos livres de ILE, passando pelo período da graduação e do mestrado, até o momento atual, em que atuam profissionalmente como professoras de ILE.

Através dessas memórias, pude perceber que nós vivemos uma tensão relacionada à produção oral em ILE. Este sentimento resulta de visões político-

pedagógicas que envolvem este idioma e que foram norteadoras de nossa formação como falantes e como professoras. Ao mesmo tempo em que foi-nos imposta a preocupação por buscar modelos padrões de oralidade baseados na figura dos falantes “nativos” da LI, nossos estudos de nível superior (final da graduação e pós-graduação) auxiliaram na conscientização de que este modelo precisa ser problematizado, uma vez que é questionável.

No entanto, o posicionamento sobre a questão da imitação de um modelo de fala “nativo” é bem complexo. A tentativa de apagamento dos traços de nossa L1 na produção oral em ILE envolve questões identitárias. Penso que a partir do momento em que fazemos a escolha por aprender uma LE demonstramos um desejo pelo “outro”, pelo “diferente”. Talvez isto aconteça pela necessidade de nos expressarmos de uma forma que nossa L1 não permita. Buscamos ir além do permitido por nossas barreiras linguísticas. Também não podemos esquecer que aprender uma língua também inclui o aprendizado de sua cultura. Assim, podemos nos perceber como habitantes de um entre-lugar de posicionamentos, uma vez que iremos projetar culturas e identidades associadas pelos dois idiomas.

Identifico o desejo pelo outro em nossas falas, porém de forma mais profunda, pois ao falarmos ILE, desejamos apagar os traços de nossa L1 a fim de não sermos reconhecidas como brasileiras. Questiono, porém, o porquê de nossa insatisfação com nossa nacionalidade. Penso que por o Brasil ser um país ainda em desenvolvimento, alguns estigmas e preconceitos sejam atribuídos a seu povo. A produção oral de LI seria, portanto, uma forma de escapar de tais preconceitos. Por outro lado, os Estados Unidos e a Inglaterra, países expoentes da propagação da LI, vivencia(ra)m momentos de domínio espacial e intelectual por serem desenvolvidos.

Há, porém, outros motivos pelos quais os indivíduos são levados a aprender ILE. Reconhecemos que o domínio deste idioma pode ser um importante critério para a mobilização ou manutenção social. Por a LI ser adotada em contextos como pesquisas científicas, tecnologia, assuntos financeiros, educação superior, turismo, Internet dentre outros, os indivíduos aptos a adotá-la parecem ter mais oportunidades de empregos, pois as chances de conseguirem bons

empregos tendem a ser maiores. Eles são, assim, incluídos em patamares sociais que detém mais prestígio; não costumam ficar à margem.

Acho que um dos pontos a ser questionado, entretanto, não é o aprendizado de ILE, mas a preocupação que alguns de seus falantes têm em relação à sua produção oral. Segundo nossas falas nas entrevistas-conversas, há forte valorização social daqueles que conseguem apagar mais traços de sua L1. O julgamento feito por falantes de ILE de diversos contextos (professores, coordenadores de instituições de ensino, alunos e falantes em geral) pode gerar preconceito linguístico e desenvolver e propagar preconceitos com seus falantes considerados “menos competentes”.

Nós, participantes da pesquisa, admitimos julgar demais falantes de ILE, além de também lembrarmos que este era o posicionamento de alguns professores universitários que tivemos durante nossa formação profissional. Acredito que a preocupação com a “natividade” norteou nossa formação e, com isso, enraizamos a necessidade deste modelo de produção oral. No entanto, também considero positivo termos contato com diferentes pensamentos durante a nossa formação como falante e como profissional, uma vez que nos permitiu refletir sobre e questionar tal postura idealizadora.

Ressalto, porém, que muitos dos profissionais atuantes na área de ensino-aprendizagem de ILE não tiveram acesso à formação superior. Assim, talvez não tenham tido acesso às ideias que estimulam o questionamento crítico.

Alguns materiais didáticos e métodos de ensino de ILE também propagam certas ideologias relacionados ao papel da LI, a seus falantes como L1 e a como seus demais falantes deveriam se comunicar. Na minha opinião, para que crenças generalizadoras não sejam estabelecidas ou para que sejam problematizadas no contexto ensino-aprendizagem, é preciso que os professores co-construam com seus alunos momentos de reflexão crítica, analisando seus interesses com a LE. Se os professores não questionam o papel da LI e as formas naturalizadas dos materiais e adotam métodos pré-estabelecidos sem levar em consideração o contexto em que se encontram e as necessidades presentes em sua sala de aula,

poderá haver um ciclo de manutenção de idealização no falante de L1 e da discriminação dos falantes de ILE.

As professoras também expõem que, durante sua graduação, alguns alunos eram percebidos como sendo mais fracos. Elas atribuem a esta característica de falta de competência linguística a aproximação com a L1. Acredito que o modelo de bilinguismo adotado por essas instituições de ensino pelas quais nós, professoras participantes, circulamos era o de Bloomfield (*apud* Maher, 2007, p. 72), que ressaltava a busca por um modelo ideal baseado no “nativo” mitológico e esperava produções orais de alto nível nos dois idiomas, sendo que um não poderia interferir no uso do outro. Assim, a cultura ligada à identidade social de falante de L1 não era respeitada.

Na segunda fase das entrevistas-conversas, percebo uma sutil mudança nas crenças das professoras, talvez por conta de sua formação continuada e, também, pela mudança de empregos que tiveram. A tensão entre a busca ou não por um modelo “nativo” de produção oral em ILE, ainda que saibam que este padrão não é real, permanece, mas acredito que de forma mais amena, ou seja, com mais conscientização da complexidade da questão. A preocupação com o estabelecimento de comunicação, com a construção de significados, parece estar ganhando amplitude nos posicionamentos que têm enquanto professoras.

Porém, a dicotomia “nativo x não-nativo”, também expressa como “eles x a gente/nós”, é percebida durante toda a construção das interações. As professoras projetam a crença de que há uma diferença de modelo de fala e unificam os povos falantes de LI como L1. Elas parecem não considerar a diversidade presente entre eles. Ao fazerem tal dicotomização, também acho que colocam “a gente” em um nível inferior ao “deles”, os “nativos”.

O caso acima me parece bastante curioso, uma vez que tenho a impressão de que no momento das entrevistas, nós, professoras, não analisamos criticamente nossos posicionamentos. A busca por uma produção de alto nível que eliminasse os traços da L1 do falante em LE, ou ILE, neste caso, foi diretamente relacionada à busca por soar como um falante “nativo” de LI. Este último, por sua vez, é delineado como um ser único, imutável, generalizado.

Apresentamos uma visão positivista que não diferencia falantes capazes de se adaptar a diferentes contextos sociais - e que, conseqüentemente, adotam a norma culta tanto quanto a não culta ou coloquial de acordo com as necessidades que percebem - daqueles que não dispõem da mesma competência e, por isso, apresentam um poder linguístico mais restrito e limitado, não apropriando-se da norma culta padrão.

Este falante, ainda que “nativo” de LI, não é necessariamente mais competente linguisticamente do que o “não nativo” que detém alto conhecimento do idioma em questão. Até mesmo o “nativo” com alto grau de educação formal poderia assumir um papel linguisticamente inferior a este “não nativo” também conhecedor de LI, de acordo com o tópico que tivessem que abordar.

É interessante que apesar de ainda nutrirem o desejo por uma produção oral próxima a do falante de L1, a postura que projetam como professoras pode estar passando por transformações. Elas exercem sua profissão em lugares mais compatíveis com suas crenças. Parecem estar mais conscientes de que a manutenção de traços da L1 na fala em LE não deveria ser um problema e que este não deve ser o único critério de avaliação de conhecimento da língua.

Ao priorizarem co-construir significados com seus alunos em detrimento da busca por “natividade”, elas respeitam as identidades sociais e, conseqüentemente, a cultura de seus alunos. Entretanto, como tais processos de conscientização profissional são lentos e complexos, aqueles que apresentam mais traços de L1 ainda são percebidos como menos competentes ou mais fracos.

Mandy parece acreditar que a busca pela “natividade” pode resultar na obtenção de cargos mais altos no emprego. A professora projeta uma concepção generalizadora de falante “nativo” de LI como um indivíduo impaciente que não se esforça para entender outras variações da LI. E como habitamos em um mundo globalizado em que as empresas mantêm contato com pessoas de diversos países, aqueles que não são capazes de imitar o inglês de um falante como L1, não terão muitas oportunidades. Acho, no entanto, curioso a professora afirmar que se preocupa em ter seu inglês julgado abasileirado por profissionais hierarquicamente superiores a ela, mas não por falantes “nativos”.

Também podemos perceber nas interações analisadas que a habilidade da língua que detém mais prestígio e que é meio de valoração do nível de competência linguística em ILE é a produção oral. Penso que isto pode ser resultante de um ciclo. Indivíduos adotam a LI para se comunicar e se comunicam por adotar a LI. Neste caso, o sucesso no desenvolvimento da oralidade pode levar o falante a acessar mais informações e a conquistar posições de mais prestígio. Por outro lado, as professoras também reconhecem que a pronúncia de um indivíduo que carregue suas identidades e cultura pode ser advinda de uma escolha pessoal, o que, neste caso, nada teria a ver com incompetência linguística, e sim com questões identitárias.

Mandy credita fluência e formalidade, considerando os aspectos gramaticais, ao domínio de ILE. Sua perspectiva vai ao encontro do que Medgyes (1994) percebe como sendo o foco do professor “não-nativo” de LI. Por outro lado, Lucy pensa que fazer sentido e estabelecer comunicação devem ser a prioridade no aprendizado de ILE, remetendo a que o autor (Ibid) entende como sendo almejado por professores “nativos” de LI. Atualmente, acho que co-construo com meus alunos um contexto de ensino-aprendizagem que visa ao estabelecimento da comunicação e à busca por fluência. Apesar de ainda tentar imitar a pronúncia de um falante “nativo” de LI, acredito que esta preocupação não norteie (tanto) minhas aulas.

Por um lado, penso que este questionamento sobre a busca por um modelo padrão que implique no apagamento dos traços de minha L1 na produção de ILE continuará fazendo parte das minhas identidades. Quando nos dispomos a realizar uma tarefa, empenhamo-nos a fim de alcançarmos o melhor resultado possível. Acho que isto é o que ocorre comigo ao produzir o ILE. Neste caso, não se trata apenas de uma língua estrangeira, mas da minha profissão de professora de ILE. Além de objetivar ser uma profissional competente, almejo a conquista e/ou manutenção de empregos que ofereçam uma boa qualidade de trabalho e de vida. Por outro lado, esse desejo por uma produção distanciada da minha L1 e alinhada a um modelo padrão de ILE não deve ameaçar a comunicação que estabeleço com demais falantes ou que estabelecem comigo. Ressalto a importância de ter em mente os diversos contextos em que não apenas eu, mas os demais falantes se

enquadram e que, ao contrário de insistir em avaliar o conhecimento gramatical, lexical ou fonético-fonológico de meu interlocutor, meu foco deve estar no conteúdo da mensagem que trocamos.

Ter tido a oportunidade de estudar as crenças que cercam minha vida social e minha prática pedagógica influenciou consideravelmente o posicionamento que tenho atualmente. Eu pude repensar e questionar a maneira com que eu percebia o papel e a importância da LI e as identidades que eu projetava e ainda projeto enquanto falante deste idioma. Durante o tempo de tessitura deste trabalho, houve transformações em minhas crenças e percebo que não adoto uma postura tão preconceituosa, até mesmo em relação a mim, ao avaliar produções orais de ILE. Não posso afirmar com certeza, mas acredito que algo similar esteja ocorrendo com minhas colegas-participantes, Mandy e Lucy. No entanto, em nossos discursos e posicionamentos construímos significados em processo de transformação. É preciso tempo e reflexão crítica para desenvolvermos a consciência de que a LI nos serve como ferramenta de busca de informações e construção de conhecimentos. É preciso tempo e reflexão crítica para desenvolvermos a consciência de que a LI nos serve como ferramenta de busca de informações, de construção de conhecimentos e de identidades. Precisamos continuar, também, a problematizar o conceito de “falante nativo” como modelo-padrão para a produção de ILE.